



O ENSINO DE CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL E NO MÉXICO: entre trajetórias e recontextualizações¹

Joana da Costa Macedo²

Resumo

Os estudos sobre o ensino de Ciência Política produzidos no Brasil e no México, nas últimas décadas, estão voltados para o ensino superior e centram-se na compreensão do processo de institucionalização e de autonomização do campo de conhecimento da Ciência Política, em comparação com as demais áreas de conhecimento, especialmente com estudos reconhecidamente sociológicos. Recentemente, investigações acadêmicas ligadas ao subcampo do ensino de Ciências Sociais/Sociologia, voltadas para reflexões sobre a formação de professores, currículo e metodologias de ensino incorporaram o ensino da Ciência Política aos objetos de análise. A proposta desse artigo é analisar, pelo método comparativo, a trajetória do ensino de Ciência Política e o processo de recontextualização pedagógica de seu conteúdo para a disciplina escolar Sociologia no Brasil e no México. A contribuição primordial dessa pesquisa está em incluir uma reflexão curricular da Ciência Política em suas possibilidades de ensino, de modo a considerá-la parte de um processo cultural de educação social e política de cidadãos.

Palavras-chaves: Ensino de Ciência Política. Brasil. México. Recontextualização.

¹Pesquisa realizada no âmbito do Laboratório de Ensino de Sociologia Florestan Fernandes (LabES) na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, coordenado pelas professoras Doutoras Anita Handfas e Júlia Polessa Maçaira, a quem agradeço pela acolhida e parceria.

²Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora de Sociologia pela Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro. E-mail: jocsmacedo@gmail.com.

The Political Science Teaching in Brazil and Mexico: between trajectories and recontextualizations

Abstract

In recent decades, studies on the teaching of Political Science produced in Brazil and Mexico are focused on higher education and they are concentrated in understanding the process of institutionalization and autonomy of the Political Science field in comparison with other areas of knowledge, especially those of sociological studies. Recently, academic investigations linked to the subfield of Social Science/Sociology teaching, focused on reflections on teacher training, curriculum and pedagogy methodologies, have incorporated Political Science teaching into their objects of analysis. The purpose of this article is to analyze the process of pedagogical recontextualization of Political Science content for the school subject Sociology in Brazil and Mexico. The main contribution of this research is to include a curricular reflection of Political Science in its teaching possibilities in order to consider it part of a cultural process of citizens's social and political education.

Keywords: Political Science Teaching. Brazil. Mexico. Recontextualization.

INTRODUÇÃO

O ensino de Ciências Sociais/Sociologia e, particularmente, a disciplina escolar Sociologia, prevê a presença dos conhecimentos das três áreas de saber das Ciências Sociais, a Antropologia, a Sociologia e a Ciência Política. Portanto, o conteúdo da Ciência Política está presente nos currículos da educação básica. O sentido do ensino de Ciências Sociais/Sociologia debruça-se em sua contribuição para as discussões e o aprimoramento da formação política dos(as) estudantes, no que tange aos valores democráticos, à construção do espírito de coletividade e ao engajamento cívico.

O cenário investigativo dessa pesquisa, de caráter exploratório, é contextualizado na ascensão da Ciência Política, enquanto campo de conhecimento, no Brasil e no México. A escolha metodológica de promover um estudo histórico-comparativo entre Brasil e México objetiva-se em entender as diferenças e

semelhanças nas trajetórias do ensino de Ciência Política nos dois países, sobretudo, compreender o processo de recontextualização pedagógica do conteúdo de Ciência Política para os materiais didáticos³⁴. A relevância dessa pesquisa passa por um entendimento maior da construção do currículo em cada sociedade, pois trata-se de dois países que construíram seus campos de Ciência Política concomitante aos seus processos de democratização. E os conteúdos presentes nos livros didáticos são um dos meios para se alcançar esse entendimento, já que os conteúdos disponíveis serão incorporados pelos indivíduos.

Inserido no subcampo de ensino de Ciências Sociais/Sociologia, o ensino de Ciência Política tem ganhado espaço analítico, e tem sido objeto de análise em seu aspecto curricular (LOPES; BODART, 2017; SCHNAKENBERG, 2017, MAGALHÃES, 2019; MACEDO, 2020; BODART; FEIJÓ, 2021) e prática de ensino (FEIJÓ, 2019; MACEDO; GONÇALVES, 2020). A presente pesquisa agrega, portanto, outros trabalhos no âmbito do ensino de Ciência Política e dos estudos comparativos (MAÇAIRA, 2017; OLIVEIRA, 2019).

Três hipóteses comuns são consideradas para as análises sobre Brasil e México. A primeira refere-se ao fato de que o processo de recontextualização pedagógica, ocorrido com o saber relacionado à Ciência Política, é um processo de conservação da produção de um pensamento político afeito a uma interpretação sobre as origens históricas dos entes políticos, como o Estado, apresentando um conteúdo escolar mais teórico e que pouco contempla a visão das Ciências Sociais

³Até a conclusão dessa pesquisa, a chamada Nova Reforma do Ensino Médio não havia sido implementada. Por isso, o livro didático brasileiro analisado é anterior à Lei nº 13.415 de 2017. Cabe ressaltar, nesse aspecto, que os livros didáticos escolhidos para essa análise estão editados para a disciplina escolar Sociologia, e não para a área de conhecimento Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, a qual foi configurada em momento posterior à elaboração dessa pesquisa.

⁴O artigo utiliza três livros didáticos adotados na educação básica no Brasil e no México. Os capítulos escolhidos para a análise contém temas referentes à Ciência Política. Para o caso do Brasil, foi analisada a unidade 3, intitulada “Relações de poder e movimentos sociais: a luta pelos direitos na sociedade”, presente no livro *Sociologia em Movimento* (SILVA, et al., 2016). No caso do México foram analisadas a unidade 5, “Interacción del individuo com las instituciones del Estado” do livro *Introducción a las Ciencias Sociales* (PIÑA; CHAVÉZ, 2017), e a unidade 1, “Analizas las expresiones de la democracia y autoritarismo en la sociedad actual” do livro *Sociologia 2* (MARTÍNEZ; GUERRERO, 2017).

Aplicadas. Nesse sentido, a segunda hipótese indica que o ensino de Ciência Política na educação básica reverbera o tipo de ensino professado no nível superior. Na terceira hipótese infere-se que o ensino de Ciência Política é calcado nos clássicos da política, na forma de uma história da Ciência Política fortemente relacionada a reflexões filosóficas.

Este artigo começa com esta introdução, seguida pela contextualização da importância de compreendermos a formulação curricular como um processo social e cultural das sociedades. As duas partes apresentadas na sequência são dedicadas, cada uma delas, respectivamente, ao desenvolvimento da Ciência Política no Brasil e no México. A terceira parte é destinada aos resultados da pesquisa e investe em uma reflexão sobre o ensino de Ciência Política na América Latina. Por fim, as considerações finais agregam as principais reflexões elaboradas neste artigo, indicando possíveis caminhos de continuidade e aprofundamento de pesquisa.

1 **O SENTIDO DO CURRÍCULO: um processo social e recontextualizado**

O processo de recontextualização pedagógica refere-se aos discursos produzidos em diversos contextos possíveis. No entanto, este artigo focaliza atenção analítica ao contexto curricular. Assim, a perspectiva adotada aqui considera que os livros didáticos compõem um quadro mais abrangente de produção de currículo. O processo de escolha dos conteúdos dos livros didáticos, bem como a forma pela qual ele é elaborado, influencia na compreensão da proposta curricular escolar (LEITE, 2007).

A formulação de currículo significa produção de sentido que forja as relações que se estabelecem no processo de ensino-aprendizagem. A chamada recontextualização pedagógica foi primeiramente analisada por Basil Bernstein (2003), na tentativa de entender a passagem de um conteúdo formalizado em instituições acadêmicas para os moldes escolares, e as implicações que essa

transposição de conteúdos pode acarretar para a formulação dos currículos. Nessa linha argumentativa, Desterro (2016, p. 19) interpreta a recontextualização pedagógica de Bernstein como “um processo complexo em que um determinado tipo de conhecimento/discurso, ao sair da sua esfera original de produção, ganha novos significados”.

Dentro desse contexto, compartilha-se a tese de Tomaz Tadeu da Silva (2010, p. 15), o qual afirma que o “currículo é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes, selecionando-se aquela parte que vai constituir, precisamente, o currículo”. Nesse sentido, a construção da base curricular envolve noções de poder ao operar um processo de seleção de qual conteúdo será priorizado e, envolve, conseqüentemente, um movimento de obtenção de uma hegemonia sobre esse conhecimento escolhido (SILVA, 2010). Assim, a escolha dos conteúdos a serem recontextualizados nos materiais didáticos é parte de um processo de disputa de poder entre os diversos atores envolvidos.

A importância de olhar para os livros didáticos justifica-se, da mesma forma, por eles representarem um instrumento intermediador, usado pela comunidade escolar, entre os saberes científicos e acadêmicos, e o conhecimento escolar. Seguindo essa linha analítica, o livro didático é uma chave de referência para analisar o processo de recontextualização pedagógica (BERNSTEIN, 2003), que permeia a cadeia de transmissão teórica e didática dos conteúdos disciplinares. Dessa forma, a recontextualização pedagógica propõe estruturar o conhecimento que antes atendia ao campo acadêmico, em conhecimento escolar.

O processo de produção de currículo analisado como uma construção social pode ficar atrelado a determinações de uma sociedade estratificada. Isso posto, o currículo deixa de ser um método para transformar-se em um espaço de reprodução simbólica e/ou material (LOPES; MACEDO, 2011). Portanto, é necessário considerar os sentidos social e simbólico dados ao conteúdo recontextualizado em relação à análise curricular. Os processos de mediação de conhecimentos escolares pressupõe, nesse âmbito de discussão, um controle simbólico.

Este processo está inserido nas escolhas dos conteúdos que farão parte de forma oficial dos currículos escolares, compondo, assim, a pedagogia institucional. Os discursos produzidos nesse contexto curricular significam que uma educação disciplinar homogênea e simbolicamente controlada será parte estruturante de um processo de formação escolar de futuras narrativas. Mesmo referindo-se a um conteúdo escolar, deve-se ressaltar que os temas elegidos como disciplinares, posto que serão institucionais, servirão de fundamento para uma construção cultural e social dos indivíduos, tendo em vista os valores cultivados em sociedade. Tratando-se do ensino de Ciência Política, esses valores giram em torno da noção da construção de uma sociedade democrática; da conscientização dos direitos e da vida em coletividade; dos direitos e deveres relacionados à cidadania; entre outros conceitos.

Sendo assim, deve-se levar em consideração que os currículos escolares estão em consonância com os conteúdos didatizados pelas instituições educacionais em seus formatos de livros didáticos e orientações curriculares. Considerando as respectivas realidades socioeconômicas e culturais encontradas nas diferentes sociedades, o currículo pode estar de acordo com a trajetória institucional, histórica e cultural dos países. A produção curricular significa produzir sentido em uma realidade específica, na qual o(a) docente se insere ao estruturar as atividades cotidianas.

2 **A TRAJETÓRIA DA CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL**

A trajetória científica da Ciência Política no Brasil é interpretada por meio do seu processo de autonomização frente à área de estudos sociológicos. Entre as décadas de 1970 e 1980, as pesquisas norte-americanas exerceram particular contribuição para a consolidação deste campo científico, como também para a formação de profissionais e do alargamento das temáticas da área política, uma vez que a Fundação Ford investiu e financiou pesquisas que visavam investigar e observar as transições democráticas ocorridas nos países latino-americanos

(LESSA, 2010). Além disso, as análises quantitativas, voltadas tradicionalmente para os estudos sobre o comportamento político, e as análises prescritivas, tornaram-se o estilo metodológico dos estudos políticos brasileiros.

Esse contexto histórico foi um marco de transição teórico-metodológica na reflexão sobre o ensino de Ciência Política. Este campo de conhecimento é interpretado como se estivesse possuindo certa plasticidade no que tange ao seu campo científico, uma vez que a Ciência Política foi moldada por um entrelaçado de outros saberes disciplinares (LAMOUNIER, 1982), o que dificultou que o seu corpo científico fosse formado por limites reconhecidos e claramente delimitados. De forma complementar, Lessa (2010) argumenta que a interpretação da Ciência Política enquanto campo científico autônomo precisa ser reconsiderada, já que ele não posiciona a Ciência Política como um saber diferenciado e separado das outras esferas científicas⁵.

Frente ao processo de democratização, o Estado e seu funcionamento, tornam-se os principais interesses de pesquisa e, conseqüentemente, o entendimento sobre a formação de uma identidade que os representava. Uma característica da produção do pensamento político brasileiro versava sobre a forte participação de um arcabouço institucional estatal para organizar a vida social. Lamounier (1982) indica que a literatura reforçava, e justificava, a necessidade de um Estado presente na sociedade para organizar a vida coletiva, o que fez com que não tenha sido desenvolvida uma Ciência Política aplicada.

Dentro dessa perspectiva analítica, o conteúdo escolar da disciplina Sociologia segue a mesma trajetória do pensamento político brasileiro do início do século XX. Mesmo havendo um desenvolvimento institucional e qualitativo dos estudos da Ciência Política, e mesmo reconhecendo-se uma inquestionável influência do método quantitativo na produção metodológica aplicada, a recontextualização pedagógica preserva seu caráter interdisciplinar, ainda fortemente composto por outros saberes de referência, como a História e a Filosofia.

⁵Para uma discussão mais detalhada, ver MACEDO; ENGERROFF, 2021.

Nesse sentido, o conteúdo de Ciência Política da disciplina escolar Sociologia marca histórica e factualmente os acontecimentos concernentes ao desenvolvimento social e político do país.

Um exemplo do argumento exposto pode ser extraído das orientações curriculares do Estado do Rio de Janeiro. Na explicação sobre a formação do Estado brasileiro, o currículo (RIO DE JANEIRO, 2011) discorre sobre o conteúdo da seguinte forma: “A organização da estrutura de poder de 1822 até a proclamação da República, em 1889 [...]” (p. 17), “o período que vai de 1889 até 1930 ficou conhecido como República Velha, dominada pelas oligarquias agrárias [...]” (p. 17), “o período que vai de 1930 até 1945 é conhecido como a era Vargas. Esse período é delimitado por dois golpes de Estado [...]” (p. 18), “no período de 1945 até 1964, delimitado por dois golpes militares, em 1945 para depor Vargas e em 1964 para depor João Goulart, instala-se uma república liberal no Brasil” (p. 18), “de 1964 até 1985 se instala a república dos generais, a partir do golpe militar de 1964, que terminou com um período de 19 anos de governo democrático” (p. 18).

Pode-se perceber, por esse exemplo, que o conteúdo de Ciência Política exposto nas diretrizes curriculares é explicado pela perspectiva histórica. Em outras palavras, a recontextualização pedagógica do conteúdo de Ciência Política da disciplina Sociologia é realizada por meio de uma historicidade dos acontecimentos políticos do país. Em conjunto com esse caráter histórico, as teorias e os autores da política clássica e contemporânea, bem como da Filosofia Política, são mobilizados, o que resulta em uma composição recontextualizadora voltada para a história das ideias sociológicas. Outro exemplo manifesto da narrativa teórico-histórica está em um dos livros didáticos de Sociologia (SILVA, *et al.*, 2016) adotado nas escolas públicas estaduais. Macedo (2020, p. 41) identificou que essa recontextualização pedagógica acontece, igualmente, com o tema dos movimentos sociais, cuja explicação histórica obedece uma ordem cronológica.

Um característica que pode ser destacada é o fato de que os conceitos de poder, de Estado, e de democracia são tipificados. A forma como estruturou-se o

conteúdo escolar permitiu que se fizesse uma tipologia desses conceitos. Nesse sentido, os três tipos de dominação de Max Weber são definidos conceitualmente, sendo cada forma de dominação definida em um parágrafo diferente (SILVA, *et al.*, 2016, p. 141-142).

O mesmo ocorre com o conceito das formas de governos, presidencialista e parlamentarista, e das diferentes possibilidades de organização estatal. Nesse momento, o texto didático descreve o que vem a ser o Estado moderno e quais são as suas principais características e formatos (SILVA, *et al.*, 2016). Em cada uma das formas de Estado⁶ (SILVA, *et al.*, 2016) apresentadas são dissertados seu contexto de surgimento, as teorias e os possíveis autores que estudaram o referido modelo e, ao final, é explicada sua decadência ou os potenciais aspectos causadores de sua crise. A tipologia do Estado é complementada com uma tabela, a qual lista as principais características econômicas, políticas e sociais de cada um dos tipos de Estado (SILVA, *et al.*, 2016, p. 158).

Reforçando a perspectiva histórica, o conteúdo sobre a formação do Estado brasileiro é recontextualizado e organizado pedagogicamente pelos períodos históricos: “período colonial”, “período imperial”, “República Velha”, “A Era Vargas”, “Democracia Populista”, “Ditadura Militar”, “Nova República” (SILVA, *et al.*, 2016, p. 158-165).

Sendo assim, a forma como o conteúdo de Ciência Política é representado no material didático no Brasil segue um quadro de referenciais comuns e que são considerados componentes fundacionais da disciplina escolar Sociologia. Os conceitos pilares, rotinizados, do conteúdo de Ciência Política, como poder, Estado, modelos de democracia e formas de governos são contemplados no livro didático brasileiro. No entanto, a construção da narrativa desse conteúdo prioriza as tipologias e uma perspectiva histórica que evidencia a influência interdisciplinar do conteúdo de Ciência Política.

⁶Os Estados tipificados e caracterizados são: “Estado absolutista”, “Estado liberal”, “Estado socialista”, “Estados nazistas e fascistas”, “Estado de bem-estar social” e “Estado neoliberal” (SILVA, *et al.*, 2016, p. 150-157).

2 **A TRAJETÓRIA DA CIÊNCIA POLÍTICA NO MÉXICO**

A história da Ciência Política no México está relacionada à formação de algumas instituições sociais que representam os passos preliminares para a institucionalização das Ciências Sociais em geral, e para a Ciência Política em particular. A Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Universidade Nacional Autônoma no México (UNAM), formada em 1951, significou uma mudança importante nos rumos da institucionalização da Ciência Política, uma vez que representou um primeiro movimento de dissociação da Sociologia e da Ciência Política da Faculdade de Direito. Como forma de diferenciação, os estudos foram influenciados, inicialmente, pelo ensino da estatística e do trabalho de campo.

Outra instituição considerada marco na consolidação acadêmica das Ciências Sociais é o Colégio do México, instituído em 1940. Essa instituição foi estruturada, inicialmente, com o Centro de Estudos Internacionais, composto por professores formados em pós-graduações de Ciência Política nos Estados Unidos, mas que foi fechado para dar lugar a uma licenciatura em Administração pública. Nesse sentido, o Colégio do México foi se direcionando para se tornar uma instituição de formação de quadros burocráticos do Estado mexicano e não como *locus* do pensamento político e social do país, como o foi a UNAM.

O desenvolvimento da Ciência Política está relacionado ao processo de democratização das sociedades. Entre os elementos desse processo estão a estabilidade política e o desenvolvimento econômico, sendo, por isso, as Ciências Sociais fortemente influenciadas pelas grandes questões nacionais. Loyo (1982) observa que, no México, não havia cientistas políticos no estrito senso da palavra, mas intelectuais que pensavam em como os regimes revolucionários poderiam influenciar a vida política do próprio país. Esses intelectuais não estavam, propriamente, preocupados em desvendar as formas de funcionamento do sistema político mexicano. Nesses termos, Loyo (1982) afirma:

No final da década já existia no meio acadêmico certa incorporação de técnicas de análise empírica, mas sem rigor suficiente para formar uma ‘escola’. A originalidade consistiu precisamente em que a utilização dessas técnicas não implicou a aceitação dos fundamentos epistemológicos do empirismo; ao contrário, ela se conjugou com a tradição do ensaio político, com as perspectivas da escola antropológica e histórica e, no plano político, com uma ideologia nacionalista que resgatava para si os elementos residuais socializantes da Revolução Mexicana (LOYO, 1982, p. 335).

Esse pensamento voltado para as grandes questões nacionais foi impactado pelos movimentos sociais dos trabalhadores. Ao longo dos anos 60, a presença do Centro de Estudos para a América Latina (CEPAL) monopolizou as narrativas sobre o pensamento latino-americano em torno da teoria da dependência e do (sub)desenvolvimento. De acordo com Loyo (1982), até a década de 1960 ainda não havia sido produzida “a decolagem da Ciência Política no México. A grande preocupação é a estrutura econômica, e a categoria desenvolvimento é onipresente nas Ciências Sociais” (LOYO, 1982, p. 336).

No processo de institucionalização da Ciência Política no México, a categoria Estado torna-se importante. No entanto, ela é analisada pela perspectiva histórica. A hipótese aventada por Loyo (1982) para o predomínio da utilização da “ideologia da história” é atribuída ao fato de que o México atravessou certas dificuldades para constituir-se enquanto nação e, conseqüentemente, para formular as especificidades culturais de sua identidade nacional.

Olgún (2019) indica que a Ciência Política mexicana foi especialmente marcada pela trajetória marxiana entre 1960 e 1990, tendo a UNAM sido influenciada, em suas linhas de trabalho, fundamentalmente, por correntes políticas europeias e, igualmente, pelas ideias marxianas. No México, a Ciência Política foi influenciada, predominantemente, pelo marxismo histórico e, nesse sentido, a institucionalização da disciplina foi envolvida, no início, pela construção de uma estrutura conceitual e histórica. Inclusive, uma das contribuições para a institucionalização da Ciência Política foram as mobilizações sociais que aconteceram no país e, por isso, à disciplina era atribuída uma linha política mais voltada para a vertente política de esquerda.

Arnaldo Córdova, um politólogo influente no México, indicava certa rejeição às perspectivas empiristas e quantitativas da Ciência Política, focando mais na formação teórica desta área como uma disciplina das Ciências Sociais, no sentido de que ela tem por objetivo a compreensão dos fenômenos sociais. Assim, a Ciência Política estaria mais condicionada a uma interpretação da realidade pela perspectiva humanista, elaborando formas de transformação social (OLGUÍN, 2019). A Ciência Política mexicana forma-se, portanto, imbuída de um caráter interdisciplinar, no qual diferentes narrativas vindas de outros saberes de referência importam na construção de um entendimento político. Dessa forma, o campo de conhecimento da Ciência Política no México apresenta uma trajetória de pouca preocupação na separação entre as diferentes disciplinas científicas, semelhante ao que foi interpretado para a Ciência Política brasileira (LAMOUNIER, 1982; LESSA, 2010).

Silva (2019) afirma que este princípio histórico e conceitual aparece nas orientações formativas dos manuais curriculares no México, que estão presentes na educação básica. Este último autor afirma que esses manuais têm por objetivo a formação da cidadania, além da construção de um pensamento crítico e autônomo dos(as) estudantes. Silva (2019, p. 8) indica, contudo, que existe um componente ético propagado por esses manuais no sentido do desenvolvimento de uma “subjetividade política”, cujo objetivo é a produção de um ator político e de uma racionalidade científica, emergindo, em sua visão, “uma característica histórica da Sociologia escolar: seu caráter parcialmente pragmático”. Esse aspecto é reforçado na recontextualização pedagógica de caráter normativo do conteúdo de Ciência Política, e extraído de um livro didático (PIÑA; CHÁVEZ, 2017), sobre a definição de cidadania:

Em seu sentido particular, a cidadania é um modo de vida democrático possível quando agentes individuais respeitam pessoas, regras, leis, bem como pessoas diferentes por sua condição biológica, sua religião de preferência, sua orientação sexual, sua fase de vida, sua raça ou seu sexo (PIÑA; CHÁVEZ, 2017, p. 116. Tradução da autora).

Concomitante ao processo de subjetivação encontra-se o da identificação e, nesse aspecto, os manuais curriculares mexicanos apresentam formas discursivas orgânicas, de modo a integrar eticamente o sujeito particular a uma comunidade política (XIQUI, 2006). Nessa problemática específica, os manuais apresentam a construção do nacional, do “nós”, como parte de um processo identitário, incluindo o sujeito em um mundo moral, no qual pressupõe-se um arcabouço de normas, valores e atitudes legítimas que Silva (2019) interpretou no conceito de cidadão participativo. De acordo com a perspectiva analítica de Silva (2019, p. 15), “a compreensão crítica e reflexiva da realidade social é significativa como condição para uma ação política sobre essa mesma realidade” e, desse modo, o caráter teórico do conhecimento torna-se preponderante em relação ao agir propriamente dito, à prática.

Sobre um dos livros didáticos mexicanos (MARTÍNEZ; GUERRERO, 2017), recorre-se às referências analíticas europeias, mobilizando filósofos gregos e os modernos representados pelos contratualistas quando discorre sobre a origem política. Na parte que expõe a teoria contemporânea da democracia, autores europeus e norte-americanos são mencionados. A organização do conteúdo recontextualizado segue o formato tipológico do conceito de democracia: “democracia liberal”, “democracia participativa”, “democracia deliberativa”, “democracia pluralista”, “democracia delegativa”, “democracia radical”, “democracia global”, “democracia econômica”, e “democracia elitista” (MARTÍNEZ; GUERRERO, 2017, p. 14-27).

O conteúdo de Ciência Política do manual utilizado como base analítica por Silva (2019) é interpretado como sendo, em parte, institucionalista e, em parte, conceitual, teórico e histórico. No entanto, o manual apresenta somente uma apresentação dos principais conceitos de Ciência Política sem ater-se a suas definições teóricas e aos seus contextos históricos (XIQUI, 2006). Da mesma forma, no que tange às instituições governamentais, há somente uma lista das existentes

nas áreas econômicas, educacionais, culturais e as que participam do processo político decisório.

Os livros didáticos (PIÑA; CHÁVEZ, 2017; MARTÍNEZ; GUERRERO, 2017), por sua vez, apresentam os temas “sociedade política”, “democracia”, “autoritarismo”, “cidadania” e “Estado”. A perspectiva histórica é privilegiada ao discorrer sobre o conceito de democracia e autoritarismo, cuja explicação é acompanhada pela história das transições políticas e econômicas exemplificadas nos países Inglaterra, Alemanha, Brasil e Cuba (MARTÍNEZ; GUERRERO, 2017). Uma parte dessa recontextualização é reconhecida como sendo interdisciplinar quando o texto afirma que “a democracia moderna é o resultado da integração de várias ideias contribuídas por filósofos e cientistas políticos, de diferentes épocas” (MARTÍNEZ; GUERRERO, 2017, p. 13. Tradução da autora).

Além disso, a recontextualização do conteúdo de Ciência Política apresenta um aspecto conjuntural, uma vez que a ideia da cidadania, dentro de uma sociedade dita democrática, é exposta no livro didático em suas várias dimensões: política, econômica, cultural, educativa e de saúde (PIÑA; CHÁVEZ, 2017, p. 116-125). Em cada um desses âmbitos de análise são apresentados aspectos culturais da sociedade mexicana e dados estatísticos sobre a circunstância da época.

O decantamento do conteúdo da Ciência Política nos livros didáticos mexicanos (PIÑA; CHÁVEZ, 2017; MARTÍNEZ; GUERRERO, 2017), e das orientações expostas no manual didático (XIQUI, 2006; SILVA, 2019) acompanhou as reflexões teórica, histórica e conceitual presentes na origem dos estudos políticos no México. O conteúdo de Ciência Política recontextualizado nos livros didáticos mexicanos apresenta-se relacionado a uma Ciência Social histórica e descritiva. O conteúdo de Ciência Política, como os conceitos de democracia e de Estado mexicanos, está relacionado a uma perspectiva teórica que mobiliza autores europeus e clássicos para a sua apresentação (MARTÍNEZ; GUERRERO, 2017). O caráter institucionalista como uma corrente de análise política na qual insere-se

o funcionamento do Estado, bem como o conhecimento do seu processo de tomada de decisão, não é contemplado nesses livros didáticos mexicanos.

3 **RESULTADOS ENCONTRADOS: o sentido das recontextualizações e uma breve reflexão sobre o ensino de Ciência Política na América Latina**

O conteúdo dos livros analisados do Brasil e do México apresentam uma recontextualização pedagógica historicizante, teórica e interdisciplinar do conteúdo de Ciência Política. No Brasil, a forma como a Ciência Política foi didatizada está de acordo com a tradição do pensamento político brasileiro, sendo sua recontextualização assegurada pelo caráter histórico e teórico do seu conteúdo. A escolha organizativa pelas tipificações representa uma estrutura pedagógica que favorece a didatização e a apresentação generalizada do conteúdo disciplinar em questão.

A disciplina escolar Sociologia permanece considerando os condicionantes históricos para moldar seu arcabouço pedagógico institucional. No México, a tradição de um pensamento político mexicano é menos evidente, no entanto, a relação identificada em comum com a recontextualização pedagógica brasileira repousa no fato de que o conteúdo escolar mexicano privilegia, da mesma forma, um caráter histórico e teórico do conteúdo de Ciência Política.

Sobretudo, cabe enfatizar que a sinalização subentendida com a recontextualização pedagógica no Brasil e no México debruça-se sobre a inexistência de uma didatização voltada para uma Ciência Política aplicada, a exemplo do que acontece nos livros didáticos franceses (MACEDO, 2020). Em outras palavras, o processo de transformação de um saber de referência da Ciência Política traduzido para um conhecimento escolar não foi influenciado pela perspectiva metodológica quantitativa de valorização dos estudos sobre o comportamento político, e os processos internos decisórios necessários para a compreensão dos sistemas políticos. O conteúdo didático de Ciência Política é

centralizado na história das ideias e das origens de alguns conceitos de Ciência Política, que são o Estado, a democracia, os movimentos sociais, entre outros.

Pouco se discute, no entanto, as questões relativas, especialmente, a uma Ciência Política latino-americana nos livros didáticos. Dentro do ensino de Ciências Sociais/Sociologia, poucos trabalhos investem em mapear a formação deste subcampo na América Latina⁷. A construção do chamado pensamento latino-americano costuma ser referenciado às interpretações sobre o projeto político-econômico de desenvolvimento encabeçado pela CEPAL. No livro didático brasileiro (SILVA, *et al.*, 2016), apenas um capítulo é dedicado à América Latina, sendo o conteúdo direcionado para a história do Mercosul e a discussão sobre o processo de globalização. Entretanto, nos livros mexicanos analisados (PIÑA; CHÁVEZ, 2017; MARTÍNEZ; GUERRERO, 2017), o pensamento latino-americano não é mencionado nos capítulos disponíveis.

O denominado pensamento latino-americano fez parte de uma das principais influências narrativas para a construção do currículo de Ciência Política nas universidades mexicanas e brasileiras. A conjugação do discurso acadêmico em torno do desenvolvimento dos movimentos sociais a favor do processo de democratização, que despontavam em outros países da América Latina foi relevante na formulação do conteúdo didático histórico e cultural de construção nacional e de Estado. Nos livros didáticos dos dois países, a América Latina e a temática da integração regional não parece representar um conteúdo escolar.

A reflexão que se pretende contribuir repousa no fato de que o conteúdo dos livros didáticos decanta a Ciência Política do mundo acadêmico, no que concerne, especialmente, às origens da Ciência Política quando ela era caudatária de um desenvolvimento político e social das ideias teóricas sobre o entendimento dos acontecimentos socioculturais e políticos. Uma Ciência Política propriamente latino-americana precisa ser relativizada, na medida em que o chamado pensamento latino-americano se apresenta datado, surgindo em uma época de

⁷Como exemplo, ver MAÇAIRA, 2017, e OLIVEIRA, 2019.

grandes discussões acerca do desenvolvimento econômico das sociedades consideradas subdesenvolvidas.

Quando se tem em vista a trajetória de institucionalização e de autonomização da Ciência Política, os aspectos econômicos não aparecem como influências cruciais para a delimitação de um campo de conhecimento. Essa inferência analítica precisa ser, contudo, investigada mais profundamente, o que foge do escopo deste artigo. No entanto, pensar o conceito de desenvolvimentos econômico e social, ressignificando-os no tempo pode ser uma contribuição legada do pensamento latino-americano, mesmo que não estejam explicitamente apresentados nos conteúdos didáticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade de compreender os conteúdos dos materiais didáticos e os temas propostos nos textos curriculares existentes está assentada na intenção em inserir esses materiais como chave interpretativa das sociedades, em geral, e de uma cultura escolar em particular. Em outras palavras, a adoção de um tipo de material didático faz parte de um contexto maior de construção social, política e cultural de um país. Assim, a importância de se estudar os livros didáticos está em incluí-los como elementos estruturantes de uma política de desenvolvimento de uma sociedade.

Os livros didáticos são currículos e representam um instrumento intermediador usado pela comunidade escolar, entre os saberes científicos e acadêmicos, e o conhecimento escolar. Eles são, portanto, uma chave de referência para analisar o processo de recontextualização (BERNSTEIN, 2003), que permeia as cadeias de transmissão teórica e didática dos conteúdos disciplinares. A recontextualização é um recorte didático sobre os conteúdos disciplinares e, nesse sentido, eles tendem a serem expostos nos materiais didáticos de formas mais abrangente e fundacional das áreas de conhecimentos científica e teórica.

Os processos de didatização e de recontextualização pedagógica não passam somente pelos livros didáticos à disposição dos sistemas de ensino. Eles estão presentes, da mesma forma, nas práticas pedagógicas executadas pelos(as) profissionais da educação, os quais complementam e, sobretudo, fortalecem a capacitação crítica e reflexiva dos(as) discentes a respeito dos fenômenos políticos e sociais que a realidade impõe. Nesse sentido, a educação política dos(as) jovens deve ser compreendida pela formação teórica do conhecimento dos assuntos da política em conjunto com as práticas pedagógicas que estimulam o desenvolvimento crítico e que favorecem a aproximação do conteúdo teórico da realidade palpável. Nesse aspecto são necessárias mais pesquisas sobre os conteúdos de Ciência Política recontextualizados nos livros e materiais didáticos, o mapeamento da presença do ensino de Ciência Política didatizada para os livros editados de acordo com Nova Reforma do Ensino Médio, bem como observar as práticas didáticas criadas e ensinadas em sala de aula.

O conteúdo de Ciência Política recontextualizado se justifica pela importância em reforçar os valores democráticos e republicanos longamente conquistados no Brasil, no México e em vários outros países. A educação política serve a uma concepção cidadã de incorporar princípios democráticos e, conseqüentemente, o ensino de Ciência Política deve apresentar conteúdos contextualizados, que estejam afinados com a vida em coletividade, com o respeito à dignidade humana, com as instituições políticas como um todo e, particularmente, com a confiança no processo eleitoral e com a valorização dos poderes da república.

Diante do avanço de grupos extremistas e negacionistas no Brasil e no mundo afora, o ensino de Ciência Política merece um destaque expressivo, sobretudo, no que tange ao processo de didatização dos eventos históricos para que um processo pedagógico a favor dos valores e princípios supracitados seja realizado e reforçado pelo processo educacional. A didatização do conteúdo mais institucional da Ciência Política, o qual apresenta as regras de funcionamento do sistema

político brasileiro e da organização do Estado, urge em um momento no qual a contestação da democracia tal qual conhecemos tomou forma material no Brasil, de uma invasão e depredação dos prédios do três poderes da república. De forma categórica, a educação política, por meio do ensino de Ciência Política, propõe fazer frente a uma formação pedagógica de prezar a integralidade das instituições políticas democráticas, suas normas e orientações representativas, para que essa história de atentado à democracia não se repita.

A título de conclusão é necessário entender a formação política dos(as) jovens estudantes, principalmente, na época em que atravessamos, na qual a política é bastante publicizada, e as redes sociais ocupam um lugar de destaque no acesso às informações. Torna-se pertinente, e imprescindível, portanto, elucidar e detalhar a forma e o conteúdo das temáticas relacionados à Ciência Política recontextualizadas no âmbito escolar, na intenção de lidar com os acontecimentos conjunturais próprios de desenvolvimento e mudanças sociais de cada país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BODART, Cristiano das Neves; FEIJÓ, Fernanda. As ciências sociais no currículo do ensino médio brasileiro. *Revista Espaço do Currículo* (on-line), João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 219-234, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/51194>. Acesso: 20 dez. 2022.

BODART, Cristiano das Neves; LOPES, Gleison Maia. A ciência política nas propostas curriculares de Sociologia para o ensino médio. *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino em Ciências*, v. 1, n. 1, p. 131-152, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://cabecs.com.br/index.php/cabecs/article/view/36>. Acesso: 20 dez. 2022.

BERNSTEIN, Basil. A Pedagogização do Conhecimento: estudos sobre recontextualização. *Cadernos de Pesquisa*, n. 120, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/4yvdc8Tm5P9XYL4jfcCx7zH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 20 dez. 2022.

DESTERRO, Fábio Braga do. *Sobre os Livros Didáticos de Sociologia para o Ensino Médio*. 2016, 270 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FEIJÓ, Fernanda. Quando o Parlamento Jovem torna-se parte da aula de sociologia do ensino médio que visa a educação política. *In: BODART, Cristiano das Neves. O ensino de sociologia e de filosofia no Brasil*. Editora Café com Sociologia, 2020, pp. 43-79.

LAMOUNIER, Bolivar. A Ciência Política no Brasil: roteiro para um balanço crítico. *In: LAMOUNIER, Bolivar. A Ciência Política nos anos 80*. Brasília: Editora UnB, 1982.

LEITE, Miriam Soares. *Recontextualização e Transposição Didática: introdução à leitura de Basil Bernstein e Yves Chevallard*. Araraquara, São Paulo: Junqueira & Marin Editores, 2007.

LESSA, Renato. O Campo da Ciência Política no Brasil: uma aproximação construtivista. *In: LESSA, Renato. Ciência Política*. São Paulo: ANPOCS, 2010.

LOPES, Alice Casemiro; MACEDO, Eizabeth. *Teorias do Currículo*. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

LOYO, Aurora. Ciência Política e Sociedade no México, 1951-1981. *In: LAMOUNIER, Bolivar. A Ciência Política nos anos 80*. Brasília: Editora UnB, 1982.

MAÇAIRA, Julia Polessa. *O ensino de sociologia e ciências sociais no Brasil e na França: recontextualização pedagógica nos livros didáticos*. 2017, 342 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MACEDO, Joana da Costa. A socialização política em livros didáticos: uma discussão curricular em perspectiva comparada. *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais. CABECS*, v. 3, n. 2, p. 26-47, 2019. Disponível em: <https://cabecs.com.br/index.php/cabecs/article/view/185>. Acesso: 20 dez. 2022.

MACEDO, Joana da Costa; GONÇALVES, Roberson Maturano. O ensino de ciência política na educação básica e a educação política como pedagogia para a cultura democrática. *Latitude*, v. 14, n. 1, p. 50-72, jan./jul., 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/10644>. Acesso: 20 dez. 2022.

MACEDO, Joana da Costa; ENGERROFF, Ana Martina Baron. A Ciência Política e o ensino de Ciências Sociais: balanço do Grupo de Discussão do IV Congresso da ABECS. *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais. CABECS*, v. 5, n. 1, p. 67-87, 2021. Disponível em: <https://cabecs.com.br/index.php/cabecs/article/view/312>. Acesso: 20 dez. 2022.

MAGALHÃES, Alexander. A Ciência Política na escola básica: uma breve reflexão acerca de seus conteúdos e habilidades no ensino médio. *In: BODART, Cristiano das Neves. (Org.). Sociologia escolar: ensino, discussões e experiências*. Porto Alegre: Cirkula, 2018, pp. 39-62.

MARTÍNEZ, Héctor; GUERRERO, Guadalupe. *Sociología 2*. Ciudad de Mexico: Grupo Editorial Patria, 2017.

OLGUÍN, Victor Alarcón. *Objeto y metodo de la ciência política em Mexico 1960-1990*. (Los casos de Marcos Kaplan y Arnaldo Córdova). X Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, 2019.

OLIVEIRA, Amurabi. O Ensino de Sociologia no Uruguai: uma análise a partir das narrativas dos professores. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 18, n. 41, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2019v18n41p261>. Acesso: 20 dez. 2022.

PIÑA, Juan Manuel; CHÁVEZ, Maria Eugenia. *Introducción a las Ciencias Sociales*. Ciudad de Mexico: Grupo Editorial Patria, 2017.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Estadual da Educação do Rio de Janeiro. *Currículo Mínimo: Sociologia*. Rio de Janeiro, 2011.

SCHNEKENBERG, Guilherme Fernando; BRIDI, Maria Aparecida. A presença da (ciência) política e seus conceitos nos livros didáticos de Sociologia no PNL 2015. *Revista Em Tese*, v. 16, n. 1, p. 168-195, jan/jun. 2019.

SILVA, Jefferson Evânio da. *Notas sobre o Ensino de Ciências Sociais/Sociologia no Brasil e no México: uma análise comparativa dos manuais escolares*. X Congresso Latinoamericano de Ciencia Política, 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SILVA, Afranio; LOUREIRO, Bruno; MIRANDA, Cassia; FERREIRA, Fátima; FERREIRA, Lier Pires; SERRANO, Marcela; ARAÚJO, Marcelo; COSTA, Marcelo; NOGUEIRA, Martha; OLIVEIRA, Otair Fernandes de.; MENEZES, Paula; CORRÊA, Raphael M. C.; PAIN, Rodrigo; LIMA, Rogério; BUKOWITZ, Tatiana; ESTEVES, Thiago; PIRES, Vinicius Mayo. *Sociologia em Movimento*. São Paulo: Moderna, 2016.

XIQUI, José Pedro Cortês. *Introducción a las Ciencias Sociales. Secretaria de Educación Pública*. México, 2016. Disponível em: <https://libros.conaliteg.gob.mx/2021/TB21A.htm>. Acesso em: 10 dez. 2022.

Recebido em: 16 de dezembro de 2022.

Aceito em: 29 de dezembro de 2022.

COMO REFERENCIAR ESTE ARTIGO

MACEDO, Joana da Costa. O ENSINO DE CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL E NO MÉXICO: entre trajetórias e recontextualizações. *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais. CABECS*, v. 6, n. 2, p. 76-96, 2022.